



CAMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER À PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31-A, DE 2007, DO SR. VIRGÍLIO GUIMARÃES, QUE "ALTERA O SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, UNIFICA A LEGISLAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO, DENTRE OUTRAS PROVIDÊNCIAS". (REFORMA TRIBUTÁRIA)

**REQUERIMENTO Nº , DE 2008
(Do Sr. Paulo Bornhausen e outros)**

Requer seja convidado o Excelentíssimo Senhor **LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**, Governador do Estado de Santa Catarina, para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 31-A, de 2007, e suas apensadas.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja convidado a comparecer a este órgão técnico, em audiência pública a realizar-se em data a ser agendada, o Senhor **LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**, Governador do Estado de Santa Catarina para debater a Proposta de Emenda à Constituição nº 31-A, de 2007, e proposições apensadas, visto que a discussão sobre a matéria, ouvido o notável convidado, em muito contribuirá para os trabalhos desta Comissão Especial.



JUSTIFICATIVA

A Proposta de Emenda à Constituição em epígrafe, que teve apensada a PEC nº 233, de 2008, encaminhada este ano pelo Poder Executivo, insere diversas alterações no sistema tributário nacional brasileiro.

Nos termos da Justificação da a PEC nº 31-A, de 2007, a referida Proposta pretende, dentre outras medidas, *“unificar e nacionalizar a legislação do ICMS; transformar o PIS/PASEP e a COFINS em um único imposto federal com a mesma hipótese de incidência das referidas contribuições; permitir o aproveitamento recíproco de créditos acumulados do ICMS, do IPI, do ISS e do imposto que substituirá o PIS/PASEP e a COFINS; transformar a CPMF em contribuição permanente, com caráter primordialmente fiscalizatório; estabelecer uma série de mecanismos com o objetivo de melhorar a administração tributária, controlar a carga tributária, proteger o meio ambiente e combater a desigualdade regional; reforçar as finanças públicas federal, estaduais e municipais, flexibilizando as vinculações de receitas da União e dos Estados e Distrito Federal e criando sistema especial de pagamento de pagamento de precatórios municipais.”*

Apensada a ela encontra-se a PEC nº 233, de 2008, encaminhada pelo Poder Executivo, que na sua Exposição de Motivos apresentou suas intenções, quais sejam, *“simplificar o sistema tributário nacional, avançar no processo de desoneração tributária e eliminar distorções que prejudicam o crescimento da economia brasileira e a competitividade de nossas empresas, principalmente no que diz respeito à chamada ‘guerra fiscal’ entre os Estados. Adicionalmente, a Proposta amplia o montante de recursos destinados à Política Nacional de Desenvolvimento Regional e introduz mudanças significativas nos instrumentos de execução dessa Política Com estas mudanças, pretende-se instituir um modelo de desenvolvimento regional mais eficaz que a atração de investimentos através do recurso à ‘guerra fiscal’, que tem se tornado cada vez menos funcional, mesmo para os Estados menos desenvolvidos.”*

Vê-se, portanto, que são assuntos muito complexos e polêmicos, envolvendo interesses de todos os entes da federação, bem como dos contribuintes – cidadãos e



CAMARA DOS DEPUTADOS

empresários – partes mais frágeis nessa relação. Por isso, vê-se a necessidade de uma ampla e aprofundada discussão em torno do assunto, oportunidade em que a realização de uma audiência pública é uma canal muito significativo para que isso ocorra.

A presença do Governador do Estado de Santa Catarina será de fundamental importância para esta comissão no que importará em acrescentar informações de uma unidade da federação ímpar, com uma agricultura forte, baseada em minifúndios rurais, um parque industrial atuante, o quarto maior do país, indústrias de grande porte e milhares de pequenas empresas espalhadas pelo estado, ligadas aos centros consumidores e portos de exportação por uma eficiente malha rodoviária. Sem falar em sua vocação inata de pequeno estado, hoje terceiro maior pólo turístico nacional.

O equilíbrio e dinamismo da economia catarinense também refletem-se nos elevados índices de crescimento, alfabetização, emprego e renda per capita, muito superiores à média nacional. Números que surpreendem e complementam o perfil fascinante de um dos mais produtivos e belos estados brasileiros.

Desta forma, entendo que a realização da presente audiência pública com a participação do ilustre Governador colaborará, sobremaneira, para os debates que se estabelecerem Comissão, razão pela qual propugnamos pela aprovação do presente Requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Dep. Eduardo Sciarra
DEM/PR

Dep. Luiz Carreira
DEM/BA

Paulo Bornhausen
DEM/SC

Dep. Júlio César
DEM/PI

Dep. Mussa Demes
DEM/PI

Dep. Carlos Melles
DEM/MG